

Aconteceu

CONSERVADORES MUDAM REGIMENTO DA CONSTITUINTE

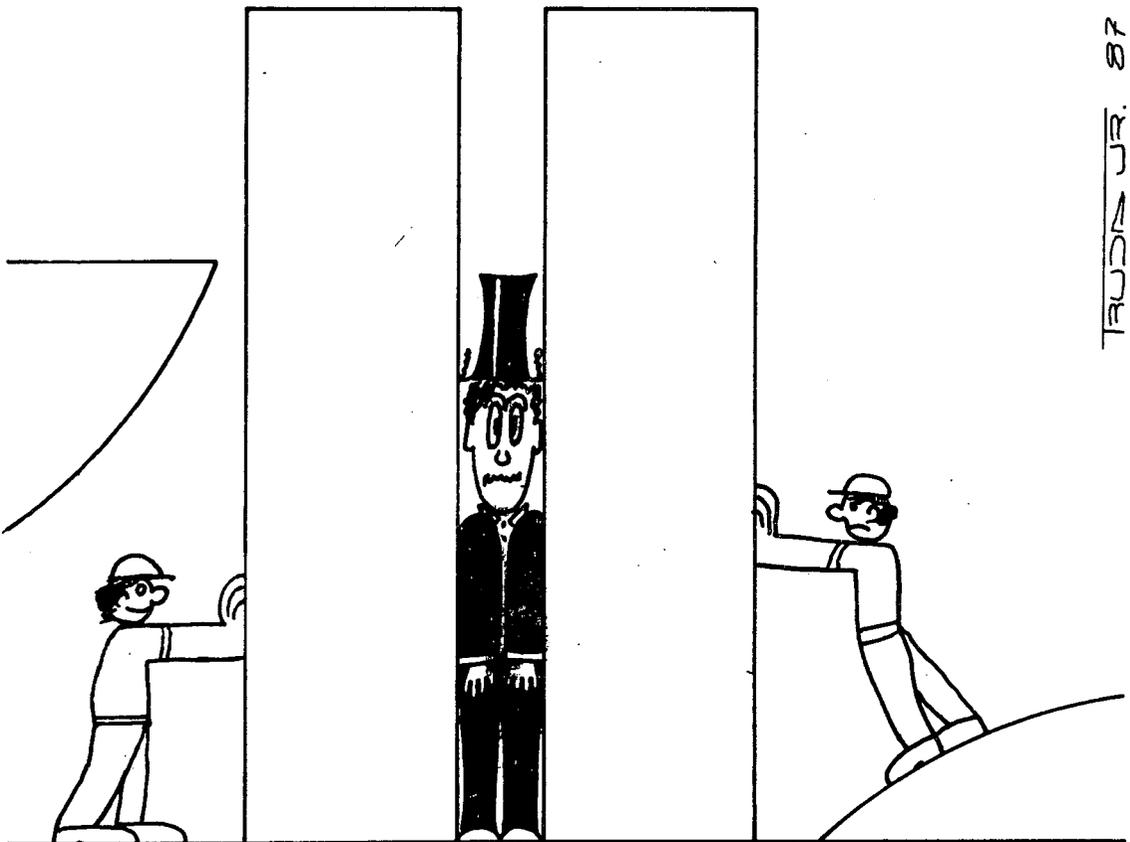
KARDEC

MC

PP

DOC. GERAL

(X)
()
()
()



TRUDA JR. 87

**MOVIMENTOS POPULARES
SE ARTICULAM PARA
PRESSIONAR CONSTITUINTES**

Aconteceu

Aconteceu nº 436/437

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho
(coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Estarci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe; comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Fazendo essa assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 50 América do Norte US\$ 85 Europa, África e Ásia US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

DECLARAÇÃO DA PLENÁRIA NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS, DEMOCRÁTICAS E POPULARES

Brasília - DF, 3 de dezembro de 1987

MANIFESTO A NAÇÃO BRASILEIRA

A MAIORIA SOMOS NÓS!

1. O povo brasileiro sofreu um duro golpe. Na manhã de hoje os parlamentares autodenominados "Centrão", agrupamento que reúne constituintes liderados pela UDR, pela UBE, pelas federações empresariais e pelos latifundiários, atacaram duramente as esperanças populares de ter uma nova Constituição em que os direitos sociais e democráticos sejam minimamente respeitados.

Movidos pelos mais mesquinhos objetivos, submetidos ao excuso tráfico de interesses, 290 parlamentares modificaram o Regimento Interno do Congresso Constituinte. Mudaram as regras no meio do jogo para impedir que reivindicações populares sejam consignadas no novo texto. Atropelando nove meses de trabalho, pisoteando 12 milhões de assinaturas às emendas populares, estes parlamentares agrediram o anseio democrático de milhões de brasileiros.

Se não articularmos imediatamente a resposta da maioria do povo às manobras desta minoria, estaremos na iminência de ver aprovado um texto constitucional absolutamente em desacordo com a vontade majoritária.

2. Vítimas da exploração e da dominação das elites, milhões de brasileiros, há muitas gerações, vegetam prisioneiros da miséria, da fome e do analfabetismo. Passos decisivos na superação dessa situação de extrema marginalização social são a reforma agrária, a reforma urbana, a garantia dos direitos dos trabalhadores e dos direitos fundamentais à saúde, moradia, transporte, educação e aposentadoria digna. A efetivação da reforma agrária, terminando com a concentração de terras nas mãos de poucos, a garantia de emprego, a redução da jornada de trabalho, a manutenção da soberania nacional, a democratização dos meios de comunicação, a garantia das liberdades fundamentais do cidadão e dos instrumentos de participação popular, são necessidades imperiosas para se constituir uma sociedade mais democrática.

3. Neste momento grave da vida nacional não se trata apenas de cobrar dos constituintes os compromissos que assumiram em suas campanhas eleitorais. Está em jogo a legitimidade da nova Carta Constitucional. Uma constituição que não reconheça e respeite os direitos e as aspirações do povo brasileiro, não merecerá o respeito e o reconhecimento do povo.

Por isto, as entidades presentes nesta Plenária repudiam o servilismo às elites dominantes de parcela de parlamentares, e apóiam aqueles que duramente sustentam os interesses populares na elaboração da nova Constituição.

4. As entidades reunidas na Plenária Nacional de Entidades Democráticas, Populares e Sindicais, representativas de amplos setores da população brasileira, decidiram:

a) **CONSTITUIR UMA FRENTE NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS, E POPULARES EM DEFESA DOS DIREITOS DO POVO NA CONSTITUIÇÃO**, aberta à participação de todos os setores dispostos a levarem adiante esta luta.

b) **DECLARAR**, imediatamente, estado de alerta nacional. Recomendando ao movimento sindical que se declare em Assembléia permanente.

c) **ELEGER** uma coordenação nacional integrada pelas entidades que compuseram a mesa desta Plenária: CGT, CUT, CONTAG, CONAM, ANDES, CPB, FENAJ, UNE, CTBC, CNTI, CONTCOP, e de uma Secretaria Executiva composta pelos representantes da CGT, CUT, CONTAG, CONAM, INESC, DIAP. A Coordenação tem a incumbência de encaminhar em todos os locais a discussão sobre formas de mobilização, incluindo a possibilidade de uma paralisação nacional em defesa dos interesses do povo trabalhador na constituição. Cabe, também, elaborar uma Plataforma mínima da Frente e à Coordenação, criar um fundo de campanha, aberto à contribuições para financiar as atividades.

d) **PROPOR** a organização em cada Estado e nas principais cidades e municípios de comitês constituídos à semelhança da Coordenação Nacional, para articular a luta localizadamente.

e) **ORGANIZAR** formas de lutas concretas e imediatas como manifestações, atos públicos, painéis, pichações, enterros simbólicos, denunciando nome a nome os parlamentares que votaram contra os interesses populares. A Plenária marcou o dia 17 de dezembro como Dia Nacional de denúncia através de pichações e panfletagens.

Esta é a resposta da maioria da Nação, daqueles que estão nas ruas, nas fábricas, nos campos, nas escolas, e não na antessala dos poderosos.

Joaquim dos Santos Andrade (CGT), Jair Meneguelli (CUT), José Francisco (CONTAG), Firmo Trindade (CONAM), Luis Pompeu de Campos (ANDES), Agamenon Vieira da Silva (CPB), Armando Rollemberg (FENAJ), UNE, Pe. Urbano Rausch (CTBC), José Calixto Ramos (CNTI), Alceu Portocarrero (CONTCOP), e mais 13 entidades sindicais nacionais, 28 federações, 47 entidades populares, 51 associações profissionais, 177 sindicatos, 11 entidades da sociedade civil, de 19 estados brasileiros.

Constituinte

'CENTRAO' CONSEGUE MUDAR REGIMENTO

Por 290 votos a 16 e 3 abstenções, o "Centrao" (grupo suprapartidário), conseguiu aprovar ontem uma emenda do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) ao regimento interno do Congresso constituinte e com isso derrotar toda a liderança do

PMDB e os partidos de "esquerda". O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP) comandou uma saída do plenário da maior parte da banca da peemedebista e de parlamentares dos partidos de "esquerda". A manobra fracassou. Tinha como objetivo impedir quórum

para a votação. Os líderes do PMDB discor-
dam de alguns pontos da proposta de Cardo
so Alves e tentaram negociar uma solução
intermediária. Após conversas que se es-
tenderam por mais de uma semana, o "Cen-
trão" desistiu do acordo e partiu para o
confronto. Dentre as propostas de mudança
do regimento, o "Centrão" tinha priorida-
de para votar a emenda Cardoso Alves. Na
quarta-feira da última semana, o "Cen-
trão" reuniu o apoio da maioria simples
do plenário do Congresso constituinte pa-
ra aprovar um pedido de preferência (man-
bra regimental que permite que uma emenda
seja votada na frente das outras) para es-
sa emenda. Foi a primeira vitória dos
"conservadores". Ulysses Guimarães garantiu
essa preferência ao "Centrão". (FSP -
4/12/87)

CARTA DO 'CENTRAO' JÁ ESTÁ ESBOÇADA

Vitorioso nos primeiros grandes testes a
que se submeteu no plenário da Constituinte,
o Centrão já tem, na prática, um esbo-
ço de Constituição, traduzido pelas emen-
das que os seus mais influentes integrantes
apresentaram na Comissão de Sistematiza-
ção. Parte dessas emendas pode voltar
agora a ocupar as discussões plenárias
na fase decisiva dos trabalhos da Assem-
bléia Constituinte. Como um grande con-
glomerado de descontentes - parlamenta-
res que se sentiram ludibriados, como
maioria, pelas decisões tomadas pela es-
querda na Comissão de Constituição da
Constituinte - o Centrão, segundo seus
coordenadores mais experientes, como o
peemedebista fluminense Daso Coimbra ou o
baiano Luiz Eduardo Magalhães, não apro-
fundou, em suas reuniões embrionárias, o
debate sobre as questões políticas polêmi-
cas, como o mandato do presidente da Repú-
blica ou a mudança do sistema de governo.
Não se sabe, assim, se esses pontos unem
ou dividem mais o movimento. Em linhas
gerais, a Constituição do Centrão seria
assim:

Estabilidade - As indenizações serão pro-
gressivas em caso de demissão do trabalha-

dor, contrariando a tese da proibição im-
postiva que a esquerda fez aprovar no ante-
projeto da Comissão de Sistematização.

Imprescriptibilidade - Os direitos traba-
listas continuarão a prescrever depois
de dois anos, ao contrário do que consta
do anteprojeto Bernardo Cabral: uma fórmu-
la que acaba, na prática, com esse insti-
tuto, ao permitir que um trabalhador demi-
tido entre, a qualquer tempo, com reclama-
ções trabalhistas contra a empresa.

Semana de Trabalho - A semana de trabalho
será de 44 horas, mas como média anual. O
patrão, no caso, pode pedir ao empregado
que trabalhe 48 horas em uma semana e 40
na outra. A esquerda incluiu no anteproje-
to Bernardo Cabral as 44 horas semanais
rígidas.

Hora Extra - A questão do pagamento das
horas extras de trabalho será definida
em lei complementar. A esquerda aprovou
na Sistematização o pagamento em dobro.

Licença de gestante - Continuará a ser de
86 dias. A esquerda a ampliou no antepro-
jeto da nova Carta para 120 dias.

Combustíveis - As empresas estrangeiras
continuarão a participar da distribuição
e venda de combustível. A esquerda apro-
vou a nacionalização dessa atividade.

Empresa nacional - Partirá para uma reda-
ção menos confusa para defini-la já que
a Comissão de Sistematização não produziu
um texto claro, que poderá dificultar fu-
turos investimentos estrangeiros.

Reforma Agrária - As alterações serão mí-
nimas porque houve consenso relativo na
Sistematização.

Educação e Saúde - A privatização dos
dois setores será mantida, com a diminui-
ção dos efeitos estatizantes, aprovados
preliminarmente pela esquerda.

Anistia - Será mantida nos termos da
atual Constituição, contrariando a ação
da esquerda que quer estendê-la aos mari-
nheiros punidos em 1964. (JB - 4/12/87)

MODERADOS ENTREGAM &) EMENDAS

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), re-
presentando o "Grupo dos 32" - formado

por parlamentares "moderados" do PMDB, PFL, PTB, PL e PDC -, entrega hoje ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, uma relação de oitenta emendas ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Segundo a parlamentar, setenta das oitenta emendas do grupo reúnem o apoio de parte substancial do "Centrão" - grupo suprapartidário - e de parcelas do PFL e do PMDB. "Setenta itens da lista do 'acordão' têm o apoio de todo mundo", disse Sandra.

Propostas do 'Grupo dos 32'

Estas são as principais propostas do "Grupo dos 32" de modificação ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização:

Censura - O governo federal volta a ser responsável pela classificação de diversões públicas e de programas de telecomunicações.

Empresa nacional - Cai a obrigatoriedade do controle decisório e de capitalvotante em caráter "incondicional" de pessoas físicas domiciliadas no país. Com isso, mantém as atuais facilidades para formação de "joint-ventures" (associações) de empresas brasileiras com estrangeiras.

Intermediação de mão-de-obra - Fica permitida a intermediação remunerada de mão-de-obra permanente através de contratos de locação.

Estabilidade no emprego - A "garantia de emprego" protegida contra despedida imotivada fica abolida. No lugar, entra a proposta de "relação de emprego" protegida contra dispensa imotivada.

Hora extra - O pagamento em dobro do serviço extraordinário previsto no texto da Sistematização fica substituído por um percentual que oscila entre 25% e 100%.

Prescrição das causas trabalhistas - O grupo propõe a supressão da proposta de imprescritibilidade até dois anos após o

término dos contratos de trabalho.

Jornada de trabalho - A proposta de redução da jornada de 48 para 44 horas semanais fica mantida.

Licença-gestante - A proposta de ampliação da licença de 90 para 120 dias fica mantida.

Crime inafiançável - Além da tortura os crimes de terrorismo e de tráfico de drogas passarão a ser considerados inafiançáveis de graça ou anistia.

Cargos de confiança - Os cargos em comissão e funções de confiança na administração pública serão exercidos apenas por servidores de carreira.

Distribuição de derivados de petróleo - Cai o monopólio da distribuição dos derivados do petróleo reservado às empresas nacionais.

Aposentadoria - A base para o cálculo da aposentadoria será feito a partir do último salário-contribuição à Previdência Social.

Direito Adquirido - Cai o artigo do projeto da Sistematização que protege o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou coisa julgada.

Eleições no Distrito Federal - A proposta de realização de eleições para governador e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal em 15 de novembro de 1988 deve ser alterada.

Trem da Alegria - Derrubados dois artigos das Disposições Transitórias que efetivam todos os ocupantes de cargos públicos no âmbito federal, estadual e municipal, que contem com pelo menos cinco anos de serviço na administração direta ou indireta na data da promulgação da nova Constituição.

Royalties - O artigo que assegura aos Estados e municípios a participação no resultado do aproveitamento dos recursos naturais sofre alteração. Limita-se o pagamento aos derivados da plataforma continental como petróleo e gás. (FSP = 12/87)

Trabalhadores Urbanos

PORTUÁRIOS ACEITAM PROPOSTA E DECIDEM DESMARCAR A GREVE

Os portuários aceitaram a contra-proposta de reajuste salarial imediato de 26%, feita pela Portobrás, e cancelaram a greve prevista para hoje em vinte portos do país, segundo José Pires Martins, assessor da presidência da Portobrás. O acordo inclui ainda o reajuste previsto em lei, com base na Unidade de Referência de Preços (URP) válida para dezembro, e antecipação de 18% a partir de janeiro, a ser incorporada aos salários a partir de março, com a implantação do Plano de Cargos e Salários. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos reivindicava reajuste de 79,44%. O índice foi estabelecido a partir de estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), relativos à perda salarial da categoria no período de fevereiro do ano passado a setembro último. (FSP - 4/12/87)

GREVE NA COSIPA GERA FALTA DE AÇO E PREOCUPA FIESP

A diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) reuniu-se ontem no final da tarde para discutir o não-fornecimento pela Cosipa de laminados de aço para a indústria paulista. Para o presidente da Fiesp, Mario Amato, não somente a greve que já dura uma semana é responsável pelo estrangulamento na produção de aço, como também o "degringolamento pelo qual a siderúrgica vem passando". A Cosipa tem um déficit de Cz\$ 20 bilhões, segundo diretores da Fiesp. Os funcionários da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), reunidos ontem no sindicato dos Metalúrgicos de Santos (65 km a sudeste de São Paulo), decidiram continuar com a paralisação, que hoje entra no oitavo

dia. Compareceram à assembléia seis mil dos quinze mil trabalhadores da empresa. A assessoria de imprensa da Cosipa informou, ontem, que os dois alto-fornos voltaram a funcionar com produção reduzida. (FSP - 8/12/87)

PM REPRIME PROTESTO DOS PROFESSORES CONTRA PMDB

Um grupo de aproximadamente 100 professores ligados ao PMDB, que tentava fazer uma manifestação contra o governo de Pedro Simon em frente ao Palácio Piratini, foi dispersado a cassetetes pela Brigada Militar, que espancou indiscriminadamente os próprios manifestantes, parlamentares e curiosos. O capitão Nivaldo Fraga Pereira, relações públicas da Brigada Militar, disse que os policiais apenas reagiram diante da agressão a pedradas por parte dos manifestantes. A manifestação dos professores consistia em rasgar as fichas de filiação ao PMDB para mostrar a insatisfação com o governo do partido no estado. Ao final do tumulto, uma comissão de deputados conseguiu sair do cerco da Assembléia Legislativa e falar com o governador Pedro Simon para reclamar a ação da Brigada Militar. Simon disse que apenas havia proibido as manifestações, mas não autorizou a invasão na Assembléia ou prisão de jornalistas. Simon vai abrir inquérito para apurar responsabilidades da Brigada Militar. Foram espancados os deputados Selvino Heck e Raul Pont, ambos do PT, que tentaram impedir a invasão da Assembléia. O professor José Cláudio Azevedo, diretor do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, teve a roupa rasgada no tumulto. (JB - 8/12/87)

AUTO GESTAO

O Sindicato dos Mineiros de Criciúma (SC), controlado pela CUT e pelo PT, enfrenta um dilema que até agora só causava dores de cabeça aos empresários: se apoiar o reajuste salarial de 230% exigido pela categoria, poderá quebrar a empre

sa carbonífera que passou a controlar des de julho. Os empresários tradicionais do setor acusam o PT e a CUT de "irresponsabilidade" e ameaçam com retaliações - como desemprego em massa, no caso de os mineiros que trabalham nas minas administra das pelo Sindicato receberem o reajuste, que passaria o piso salarial de Cz\$ 7 mil e 300 para Cz\$ 23 mil. - Se for para optar entre o lucro e o pagamento de salários justos, preferimos o segundo -, diz o presidente do Sindicato, José Paulo Serafim, 23 anos, a quem o governo federal entregou a responsabilidade de tocar a Carbonífera Araranguá (CBCA), empresa falida do Grupo Álvaro Catão. Com os Cz\$ 60 milhões que recebeu do governo, Serafim conseguiu pagar os salários atrasados e recontratar 687 dos 750 funcionários. Só no mês passado foram reativadas as entregas de carvão para as siderúrgicas e o faturamento deste mês deve ficar em Cz\$ 31 milhões, o que vai dar para cobrir os Cz\$ 9 milhões da folha e ainda fazer alguns investimentos. No entanto, com um reajuste de 230%, a folha passará para Cz\$ 29,7 milhões e "só com muita produção" é que a extração de carvão será suficiente para pagar os mineiros. Desde que passaram a ter o sindicato como patrão, os mineiros da CBCA praticamente dobraram o desempenho nas minas - a média de 11 carros de uma tonelada de carvão por trabalhador subiu para 17 no mês passado. "Isso sem contar a sabotagem de que temos sido vítimas", denuncia Serafim. Para comprová-la, ele foi até a Mina Antônio de Luca 1 e virou um dos carrinhos

que saíam da mina: por cima havia uma camada de carvão, por baixo, pedra. "Tá vendo? São os outros empresários que estão comprando nossos companheiros para diminuir nossa produção", diz Serafim contando que, no dia em que a mina reabriu, a hélice de um exaustor saiu voando, quase ferindo os mineiros. Os parafusos teriam sido propositalmente afrouxados. (JB - 30/11/87)

PARA DIEESE, SALÁRIO MÍNIMO DEVERIA SER DE CZ\$ 22.749,72

O sustento de uma família-padrão (dois adultos e duas crianças) exigiria em novembro um salário mínimo de Cz\$ 22.749,72. O cálculo é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese) baseado na constituição vigente, que prevê um salário mínimo capaz de suprir as necessidades do trabalhador e sua família. Em comparação a outubro, o maior custo da ração mínima (Cz\$ 2.728,45) foi registrado em Curitiba (PR), com aumento de 15,61%. O custo mais baixo (Cz\$ 2.108,79) foi apurado em Recife (PE), que ficou com a variação mais elevada (19,19%). Em São Paulo, com exceção da batata, com ligeira queda (2,17%), os produtos da cesta básica ficaram mais caros em novembro: tomate (37,24%), óleo de soja (23,69%), açúcar (16,55%), carne bovina (15,99%), arroz (15,96%), manteiga (15,94%) e pão (14,77%) sofreram as maiores altas. Desta forma, o trabalhador paulistano precisou gastar Cz\$ 2.574,99 com alimentos (14,71%) a mais do que gastou em outubro). (FSP - 8/12/87)

MILITARES EMPREGAM MEIO MILHÃO

Há dois meses, o Governo Federal mantém em sigilo um dado surpreendente do primeiro censo nacional da administração pública, que apurou a exata dimensão da quantidade de funcionários trabalhando na burocracia em todo país. O censo mostra

que as Forças Armadas tem na sua folha de pagamentos quase meio milhão de civis far dados. Do total de 474.470 servidores, 302.905 pertencem ao Exército, 97.672 a Marinha e 73.893 a Aeronáutica. Os números estão engavetados nos arquivos da Secretaria de Orçamento e Finanças, órgão da SEPLAN. (VEJA, 2/12/87)

Trabalhadores Rurais

PM FERRE A TIRO LÍDER DOS SEM TERRA

Dois anos depois que as ocupações de propriedades viraram forma de luta dos trabalhadores sem terra do Paraná, ocorreu o primeiro conflito armado entre policiais militares e colonos no centro oeste do estado. Depois de uma tentativa de despejo, na fazenda Santo Rei, a 50 quilômetros de Curitiba, 150 homens da PM reagiram a tiros e enfrentaram as espingardas, foices e facões de 80 famílias na madrugada de ontem. Mais de 10 tiros, segundo o comandante do batalhão, coronel Antonio Carlos Ribeiro, e de 40 a 50, segundo os colonos, foram dados. O único ferido foi o agricultor Francisco Cavaleiro, 40 anos, um dos líderes da invasão, atingido por um tiro de mosquetão que o feriu nas duas pernas. Ele está internado no Pronto Socorro de Campo Mourão e, segundo os médicos, não corre risco de vida. Ficará manco. A PM, segundo relato dos lavradores, chegou à área invadida há 1 ano, que tem 40 alqueires de plantio, por volta das 5h. Sem qualquer aviso, os homens, armados com mosquetões, baionetas, revólveres e cassetetes, começaram a retirar as lonas das barracas. Os colonos, armados de foices, facões e espingardas, foram se aproximando dos soldados e começaram a jogar punhados de terra. - A gente conseguiu empurrar os soldados para a beira da estrada - contou Nadir Resende, um homem de 30 anos. Ele estava próximo a Francisco Cavaleiro quando um soldado ajoelhou, apontou a arma e disse: "Para trás todo mundo ou eu atiro". Francisco respondeu: "Se atirar, atire para matar". Foi quando um tiro de mosquetão atingiu-lhe as duas pernas. A tarde, os PMS suspenderam o despejo e se retiraram do local. A fazenda invadida tem 1 mil 290 alqueires e pertence ao grupo Slaviero. (JB - 28/11/87)

COLONOS GAÚCHOS RESOLVEM DEIXAR A FAZENDA INVADIDA

Até o final da manhã de hoje, as cerca de 500 famílias de colonos que invadiram na segunda-feira a fazenda do Salso, no município de Palmeira das Missões (390 quilômetros de Porto Alegre) deixarão as terras do fazendeiro Plínio Pereira Dutra. Anunciaram que a retirada será pacífica e com recursos próprios para destino ainda ignorado, conforme acordo feito ontem à tarde entre o juiz da 3ª Vara Cível da cidade, Carlos Marchionatti, e a advogada do Movimento dos Sem Terra, Sueli Bellato. Essa foi a segunda vez que os colonos conseguiram protelar a saída da área, o que aumentou bastante a tensão da comunidade e do município. (JB - 26/11/87)

COLONOS PARAM O COMÉRCIO

A cidade de Palmeira das Missões, a 390 quilômetros de Porto Alegre, parou ontem para ver a caminhada dos 2 mil colonos pela avenida principal, na direção da gleba do agricultor Getúlio Vargas, que ofereceu 7 hectares aos invasores da fazenda do Salso, que a Justiça devolveu a Plínio Pereira Dutra, seu proprietário. Muitas lojas do comércio local fecharam no momento em que as 500 famílias passavam cantando hinos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e gritando palavras de ordem ("No Brasil, Chile, América Central, a luta pela terra é internacional"). Vigíados ao longo de todo o percurso por mais de 100 homens da Brigada Militar, divididos entre o 7º Batalhão de Palmeira das Missões e dois pelotões de reforço, vindos de Passo Fundo (município da região central do estado), os camponeses foram aplaudidos na entrada da cidade pelos alunos do Colégio de 1º Grau Polivalente, que levaram cartazes de apoio e lhes entregaram flores. Em meio à multidão que

assistia à passeata, muitos condenavam o acampamento na área do agricultor Getúlio Vargas, a 4 quilômetros do perímetro urbano, outros se diziam solidários com a luta dos sem-terra, ainda que alguns considerassem ilegal a estratégia de invadirem áreas rurais privadas. Com muita prudência em suas declarações, o presidente do Sindicato Rural da região, Vilmar Wilcke de Souza, disse que o governo precisa tomar providências para assentar os colonos. Sem acreditar numa possível nova invasão, o dirigente salientou que a dificuldade maior é a estrutura agrícola para que os colonos possam produzir. (JB - 28/11/87)

LAVRADORES VAO PARA SANTUÁRIO

As 47 famílias que tinham invadido há uma semana a fazenda Itati, no município de São Nicolau (RS), pertencente ao ex-deputado Aldo Pinto, do PDT, retiraram-se ontem num comboio de 10 caminhões, escoltados por 300 soldados da Brigada Militar, que usavam roupas de camuflagem e portavam fuzis e metralhadoras. Os colonos se dirigem para uma área de 8 hectares no município de Caibaté, conhecida como Santuário do Caaró, cedida provisoriamente pelo bispo de santo Angelo, dom Stanislaw Kreutz. Em Porto Alegre, o governador Pedro Simon disse estranhar a situação criada pelo bispo, que primeiro rezou para invasores de uma propriedade privada em São Nicolau, defendendo a ocupação e, depois, ofereceu um local para acampamento provisório quando a Justiça obrigou ao despejo. "A situação criada pelo bispo é inédita no país e revela a participação de segmentos da Igreja na ocupação de terras", disse Simon. A marcha dos invasores da fazenda Itati em direção ao Santuário, por estradas de barro e sob intenso sol, teve um incidente: com o desmaio de dois colonos, o coronel Clóvis Mamede da Silva, que comandava a tropa, sugeriu que os colonos usassem quatro caminhões da Prefeitura de São Nicolau para levar mulheres e crianças e desafogar os 10 superlotados fornecidos pelo Movimento dos Sem-Terra. A sugestão foi leva-

da ao alto-falante por um colono conhecido como Norberto, que propôs a realização de uma assembléia para discutir se embarcariam nos caminhões da prefeitura, com o que não concordou o coronel Mamede, que determinou ao delegado Antonio Rocha, de São Nicolau que prendesse o rapaz, por estar incitando os companheiros. Norberto foi preso, prestou depoimento e foi libertado em seguida. Os colonos resolveram embarcar nos caminhões da prefeitura de São Nicolau e prosseguir a viagem até o Santuário. (JB - 28/11/87)

PERNAMBUCANOS OCUPAM SUDENE

Carregando faixas e cartazes em que protestam contra a falta de recursos para atender aos flagelados da seca e pediam "reforma agrária já", cerca de 200 trabalhadores rurais, ocuparam, ontem, o auditório do Conselho Deliberativo da Sudene e cobraram dos governadores nordestinos uma posição mais enérgica junto ao governo federal, para que novos alistamentos sejam feitos em toda a região atingida pela seca. O representante da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Francisco Urbano, disse que se o presidente Sarney não tomar medidas urgentes, logo estarão recolhendo pelas praças os flagelados mortos, pois a situação é muito difícil em todo o Nordeste". Depois de informar que atualmente apenas 690 mil trabalhadores estão sendo atendidos nas frentes de trabalho - número que ele considera baixo - Urbano afirmou que centenas de famílias estão em situação de miséria absoluta, desde que os alistamentos foram suspensos. "Não podemos continuar ouvindo discursos e promessas, pois só quem vive de promessa é santo, trabalhador precisa é de comer". (JB - 28/11/87)

Igrejas

EVANGÉLICOS ADEPTOS DOS 5 ANOS TÊM CZ\$ 108 MILHOES DE SARNEY

Nunca evangélicos rezaram tanto por um Presidente católico como agora; nunca o

Presidente José Sarney - assíduo freqüentador de missas - leu tanto a bíblia como nos últimos meses. E pela primeira vez, caiu dinheiro do céu, como a bênção do Presidente: Cz\$ 108,5 milhões, doados a fundo perdido para a Confederação Evangélica do Brasil - entidade desativada há quase 20 anos, que ressurgiu como "órgão de ação comunitária, sem fins lucrativos", sob o comando de 20 constituintes. Tudo pelo bem estar das almas e por uma graça difícil: o mandato de cinco anos. Em nome de deus, os deputados juram que o dinheiro é para o povo, sem nenhum compromisso com o Governo. Garantem por Cristo que o fato de todos eles defenderem o presidencialismo e cinco anos de mandato para Sarney é uma mera coincidência. Há até quem diga que as freqüentes peregrinações do grupo ao Palácio da Alvorada e aos órgãos públicos não passam de uma missão espiritual. As vésperas da votação do mandato de Sarney, na Comissão de Sistematização, a Confederação conseguiu outros Cz\$ 100 milhões, através de um convênio com a LBA, para dar assistência social aos irmãos carentes. Curiosamente, o tesoureiro da entidade, Deputado José Fernandes (PDT-AM), único da diretoria que defende quatro anos de mandato, não sabia informar quanto ou quem deu o dinheiro para a compra da sede. Não soube dizer nem o endereço da Confederação. - Já que não podem negociar em nome dos partidos, estão usando uma entidade religiosa como instrumento político, em troca de cargos e vantagens. Isso é um absurdo. Não foram eleitos para isso e não estão autorizados a usar a comunidade evangélica para fazer esse tipo de barganha - denuncia o Deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), da Igreja Batista. Ele informa que a Convenção Nacional da Igreja Batista não reconhece a Confederação como órgão representativo dos evangélicos. O entusiasmo do Governo por missões religiosas na Cons

tituinte é justificável: contando com os dissidentes, o bloco dos evangélicos soma 34 deputados, o que equivale ao terceiro maior partido do Congresso Nacional. Mas se em questões espirituais existe afinidade, no campo político nem Deus consegue o consenso. Os "irmãos" que defendem cinco anos de mandato não estão se entendendo com os dissidentes progressistas - deputados Nelson Aguiar (PMDB-ES), Benedita da Silva (PT-RJ), Celso Dourado (PMDB-BA), Lézió Sathler (PMDB-ES), Lysâneas Maciel (PDT-RJ), José Viana (PMDB-RO) e o próprio tesoureiro da Confederação, José Fernandes (PDT-AM). - Meu apoio ao Presidente é uma questão de preceito bíblico. A Bíblia diz que toda autoridade emana de Deus e deve ser respeitada. Por isso acho que devemos respeitar os seis anos de mandato do Presidente Sarney - argumenta o Deputado Enoc Vieira. (JB - 30/11/87)

PADRES NEGROS UNEM RITOS AFRO E CATÓLICO EM FESTA RELIGIOSA

Ao som de atabaques e agogôs, que acompanhavam a música Rei Zumbi, e dançando os passes do candomblé, os padres católicos negros Gilberto dos Santos, Jorge dos Santos e Rubens dos Santos, vestidos com coloridas túnicas ao estilo africano, lideraram ontem uma inédita cerimônia religiosa dançante, no salão paroquial da igreja de Santo Antônio, no bairro do Partenon, em Porto Alegre. Foi a primeira vez no Rio Grande do Sul que uma cerimônia ecumênica contou com a participação de integrantes de religiões africanas e de seus rituais. No ato festivo, os mais de 300 fiéis, negros e brancos, de diversas crenças (católica, metodista, umbanda e várias confissões espíritas e evangélicas) rezaram em conjunto para Deus - fosse qual fosse sua denominação. Todos dançaram em volta de um altar circular, armado no chão, em que as hortências na cor li-

lãs e as velas coloridas, sobre uma toalha branca, representavam a alegria do povo negro e a Bíblia significava a fé de cada um e de todos. Em volta do altar estendeu-se um rastilho de pólvora, queimado com um fósforo pelo padre Gilberto, da paróquia de Osasco (SP). Enquanto a fumaça se dissipava, o padre católico concluiu: "Como a fumaça subiu, significa, pelo culto afro, que os orixás aceitam nossas preces." Ao contrário das tradicionais, sisudas e discretas cerimônias ecumênicas que, em alguns casos anteriores, incluíram até judeus mas jamais tiveram a participação de cultos africanos, o ato religioso de ontem caracterizou-se pelas multicoloridas roupas da maioria das pessoas, pelas danças e pelos cânticos, sempre ao ritmo de bumbos, agogôs, atabaques, violões, pandeiros e tamborins. Várias pessoas que saíam da missa na igreja de Santo Antônio, atraídas pelos cânticos, foram ao salão e se incorporaram alegremente à cerimônia dançante que fazia um grande círculo no salão, intercalada por orações e por leituras da Bíblia, como as bem-aventuranças do sermão de Cristo na montanha. Foram convidadas pelo padre Jorge dos Santos, da paróquia de Bagé, alertando que "não era um show ou carnaval, mas uma celebração religiosa". A evocação pelos "500 anos em que os negros foram e são marginalizados no país" foi uma constante da cerimônia ecumênica. Nela, o padre Gilberto pediu a Deus que "perdoasse a Igreja Católica por que escravizou, discriminou, usou e ainda usa o negro, e permitisse que a Igreja pudesse se converter e se tornar verdadeira expressão libertadora de todos". Deus e Zumbi ("Esse símbolo da raça negra", segundo padre Rubens dos Santos, da paróquia de Divinópolis, em Porto Alegre) predominaram no ato religioso. (JB - 30/11/87)

NOTA DA CNBB

ORIENTA CRISTÃOS CONTRA A UDR

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), formado por 26 bispos, divulgou ontem um documento - "A Serviço da Verdade, da Justiça e da Vida" - contra a União Democráti-

ca Ruralista (UDR). Pela primeira vez, em documento, a cúpula da Igreja Católica orienta os cristãos a não se associarem à UDR e acusa a entidade de defender "como direito absoluto" uma escandalosa concentração. O episcopado afirma que a Igreja não é contra a propriedade privada, mas defende sua multiplicação. Esta posição, segundo o documento, coloca a Igreja contra a UDR. (FSP - 28/11/87)

CNBB CONSIDERA PARLAMENTARISMO UM APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL

O episcopado brasileiro está convencido de que o sistema de governo parlamentarista, aprovado pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, representa "um aperfeiçoamento, do ponto de vista institucional". Para os 26 bispos, membros do Conselho Permanente da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, reunidos em sua sede em Brasília, a implantação do novo regime de governo pressupõe partidos bem estruturados com programas definidos e uma burocracia estável. Esta posição da Igreja Católica foi divulgada ontem pelo bispo de Guarabira (PB) e membro da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), d. Marcelo Carvalheira, escolhido para a entrevista coletiva. Segundo ele, os bispos avaliaram como positivo o resultado da Comissão de Sistematização, cujo projeto "reconhece e promove a consciência de cidadania". Entretanto, o episcopado não tem uma posição definida quanto ao mandato do presidente Sarney e nem sobre a conveniência de realização de eleições gerais após a promulgação da nova Carta. O tempo de mandato do atual governo divide as opiniões do clero. Para o arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, "quando terminar a elaboração da Constituição, acabou o trabalho deste governo de transição". D. Carvalheira defendeu a implantação do parlamentarismo e quatro anos para o presidente Sarney. Mas, segundo ele, há dentro da Igreja, quem defenda um mandato de cinco anos para o presidente. Tanto d. Aloísio quanto d. Carvalheira acreditam que a melhor forma de decidir esta questão do mandato seria através de uma ampla consulta popular, não necessariamente um plebiscito. (FSP - 25/11/87)